



Revista Diálogos Interdisciplinares GEPFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação Interdisciplinar
de Professores

EDUCAÇÃO ESPECIAL: FORMAÇÃO CONTINUADA E A BIDOCÊNCIA DE PROFESSORES REGENTES E PROFESSORES DE APOIO NO MUNICÍPIO DE ANASTÁCIO-MS

SPECIAL EDUCATION: CONTINUING TRAINING AND BIDOCEANCE OF REGULATOR TEACHERS AND SUPPORT TEACHERS IN THE MUNICIPALITY OF ANASTÁCIO-MS

Alzira do Socorro Luciola¹
Cícera Alves Cabral²
Priscila Lopes Miranda³
Helen Paola Vieira Bueno⁴

RESUMO

Esta pesquisa foi desenvolvida com o intuito de abordar a formação continuada e a bidocência de professores regentes e de apoio na área da educação especial. Essa é uma área que a cada dia vem necessitando de mais estudos sobre o referido tema, uma vez que as crianças com deficiência estão chegando com mais frequência aos espaços escolares. Diante desse cenário, faz-se necessário abordar o assunto procurando compreender melhor esse processo para melhor atender a essa clientela específica. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, em que, após a revisão de literatura especializada sobre a temática, realizou-se uma pesquisa de campo para estabelecer relações entre a teoria e a prática. Dessa maneira, esse estudo busca destacar a importância do professor regente e do professor de apoio em sala de ensino regular, enfatizar a relevância desses profissionais no processo de ensino e aprendizagem na educação especial e ainda, apresentar resultados de uma pesquisa de campo realizada com docentes que atuam na área. Por meio das análises, pôde-se avaliar a importância da bidocência para a educação especial e observar que ainda há muito a ser

¹Pedagoga. Especialização em Gestão Escolar e Educação Infantil. Estudante do Curso de Especialização em Alfabetização, Letramento e Educação Especial: Perspectivas da Inclusão na Diversidade Cultural da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus de Aquidauana (UFMS/CPAQ). E-mail: alzira.luciola@hotmail.com.

²Pedagoga. Especialização em Educação Infantil. Estudante do Curso de Especialização em Alfabetização, Letramento e Educação Especial: Perspectivas da Inclusão na Diversidade Cultural da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus de Aquidauana (UFMS/CPAQ). E-mail: ciceraalvescabral@hotmail.com.

³Graduada em Matemática. Estudante de Pedagogia. Estudante do Curso de Especialização em Alfabetização, Letramento e Educação Especial: Perspectivas da Inclusão na Diversidade Cultural da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus de Aquidauana (UFMS/CPAQ). E-mail: pri.lopesmiranda@gmail.com.

⁴Psicóloga, Mestre e Doutora em Psicologia. Professora na graduação, especialização mestrado e pós-doutorado na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus de Aquidauana. E-mail: helen.bueno@ufms.br



abordado sobre o tema por futuros e promissores pesquisadores.

Palavras-chave: Formação continuada. Educação Especial. Bidocência.

ABSTRACT

This research was developed with the aim of addressing the continuing training and bi-teaching of leading and support teachers in the area of special education. This is an area that requires more studies on this topic every day, since children with disabilities are arriving at school spaces more frequently. Given this scenario, it is necessary to approach the subject seeking to better understand this process to better serve this specific clientele. This is a qualitative research, in which, after reviewing specialized literature on the topic, field research was carried out to establish relationships between theory and practice. In this way, this study seeks to highlight the importance of the leading teacher and the support teacher in the regular education classroom, emphasize the relevance of these professionals in the teaching and learning process in special education and also present results of a field research carried out with teachers who work in the area. Through the analyses, it was possible to evaluate the importance of bi-teaching for special education and observe that there is still a lot to be addressed on the topic by future and promising researchers.

Keywords: Continuing training. Special Education. Bidocency.

1. INTRODUÇÃO

A formação continuada é essencial para a prática educacional inclusiva, pois proporciona uma compreensão mais inclusiva e eficaz da pedagogia. Em um contexto marcado por desafios, diversidade, singularidades culturais e limitações dos estudantes com deficiência, torna-se necessário um olhar mais humanizado e democrático.

Nesse sentido, esta pesquisa se caracteriza-se como qualitativa, descritiva e de pesquisa de campo, onde foram utilizados questionários para entrevistar 10 professores regentes e de apoio que atuam na área de educação especial. O objetivo é coletar dados e analisar a perspectiva desses professores quanto ao tema central desse estudo que é a formação continuada e a bidocência entre professor regente e o profissional de apoio, destacando sua relevância para o bom desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem dessa demanda mais específica, que a cada dia se faz mais presente no contexto escolar.

Em virtude ao número crescente destes estudantes matriculados nas salas regulares de ensino e dos benefícios que a inclusão promoverá no processo de ensino e aprendizagem deste indivíduo é imprescindível que a rede municipal de ensino e os órgãos competentes promovam ações e estratégias para formação continuada desses profissionais, uma vez que o público alvo da Educação Especial tem apresentado múltiplas deficiências e especificidades.

Segundo o portal do MEC (2019) o número de matrículas da educação especial chegou a 1,3 milhão em 2019, um aumento de 5,9% de 2018 para 2019. E um aumento de 34,4% em



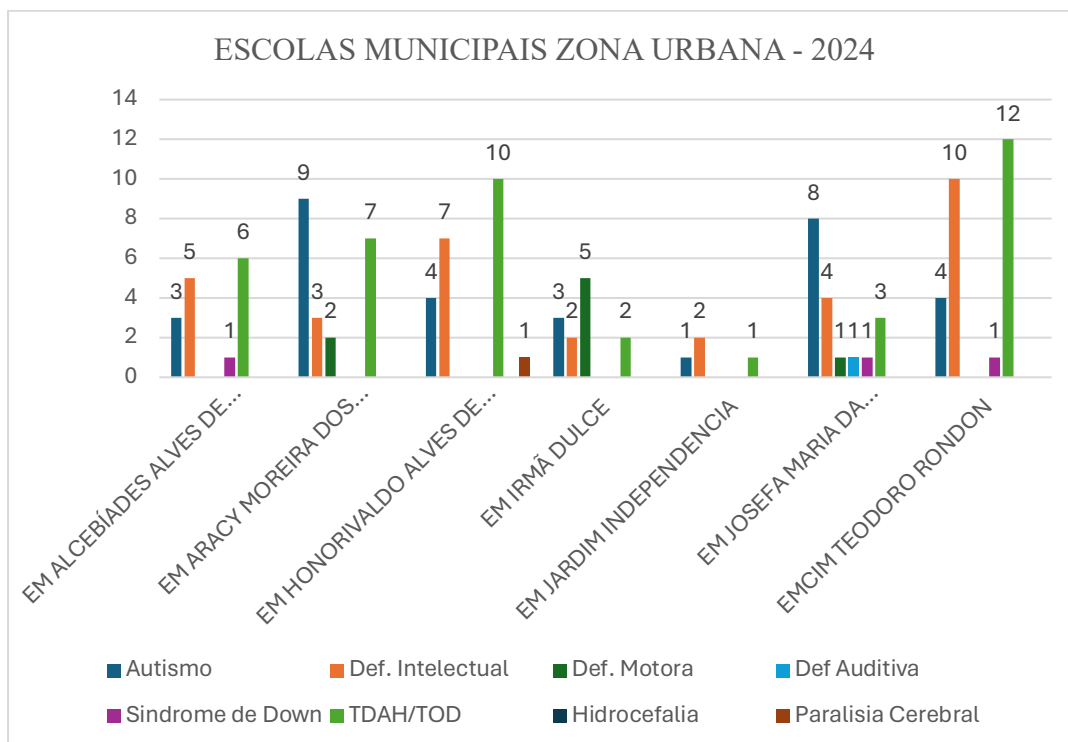
relação a 2015. O percentual de estudantes com deficiência, autismo ou altas habilidades matriculados em salas comuns tem aumentado gradualmente para todas etapas de ensino.

O Núcleo de Educação Especial foi criado através do decreto de n.º 698, de 18 de novembro de 2020, Com intuito de atender as demandas e prestar assistência aos estudantes públicos- alvo da Educação Especial, uma das metas previstas e alcançadas no plano Municipal de Educação. Os atendimentos Educacionais Especializados (AEE) ocorrem no contra turno e com professores em sala de ensino regular.

Até a presente data o Núcleo atende 154 estudantes com deficiência, transtornos de aprendizagem e transtornos globais do desenvolvimento, desde a Educação Infantil ao 5º ano do Ensino Fundamental. Atualmente o Núcleo atua juntamente com 70 profissionais sendo a grande maioria habilitados na área da pedagogia e com especialização na área de Educação Especial e Inclusiva.

O agrupamento de informações a seguir, serviu de análise com fins de desenrolamento, desenvolvimento e avanços da pesquisa, tendo em vista uma das problemáticas anunciadas. Da mesma forma, contribuiu para constatação não apenas para compreensão de levantamentos de dados quantitativos de estudantes inclusos na sala de ensino regular no Município de Anastácio-MS, mas também para traçar os delineamentos e as implicações do presente artigo.

Tabela 1: Escolas Municipais da Zona Urbana de Anastácio-MS-2024

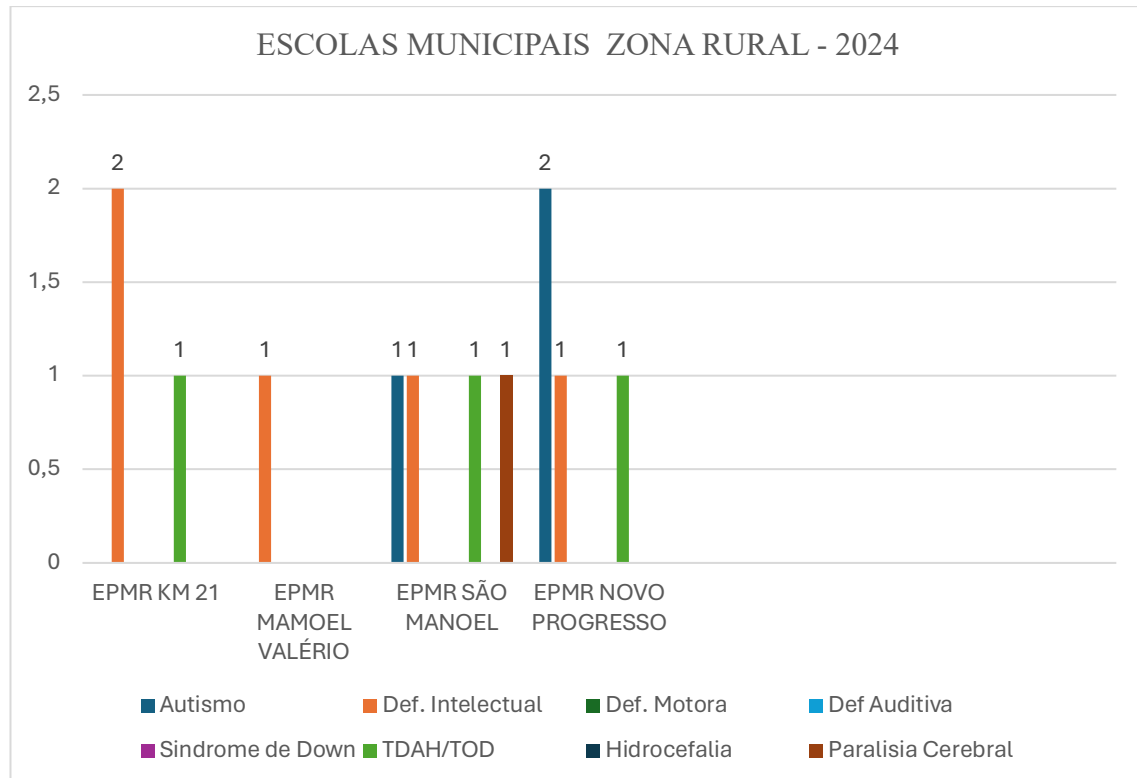


Fonte: Organizado pelas autoras com base em dados extraídos da Secretaria de Educação Municipal- SEMED (2024)



A tabela abaixo apresenta os dados obtidos dos estudantes devidamente matriculados nas salas de ensino regular das Escolas Rurais do Município de Anastácio-MS, tal como suas deficiências e especificidades de todos os estudantes.

Tabela 2: Escolas Municipais da Zona Rural de Anastácio-MS-2024



Fonte: Organizado pelas autoras com base em dados extraídos da Secretaria de Educação Municipal-SEMED (2024)

A tabela 2 evidencia a coleta de dados obtidos dos estudantes devidamente matriculados nas salas de ensino regular das Escolas rurais do Município de Anastácio-MS, bem como suas deficiências e especificidades dos estudantes.

Percebe-se que durante o ano letivo de 2024 a Secretaria Municipal de Educação de Anastácio/MS, em parceria com o Núcleo de Educação Especial, atendeu a demanda de 154 estudantes com deficiência na Educação Infantil e Ensino Fundamental I, matriculados nas respectivas Unidades Escolares rural e urbana do município de Anastácio.

De acordo com Carvalho (2000), a educação inclusiva só será eficaz se as práticas pedagógicas e as instituições de ensino elaborarem ações e estratégias que incluam todos os tipos de alunos sem que para tanto sejam considerados os seus talentos, suas deficiências, origem socioeconômica ou aspectos culturais. Nesse sentido, devem-se construir ambientes e estruturas escolares capazes de satisfazer às necessidades de todos os alunos, por meio da dedicação de profissionais competentes e qualificados.



Para tanto, considera-se necessário ressaltar que a bidocência demonstra uma preocupação das instituições com a formação dos professores e estudantes, na perspectiva do ensino cooperativo, com ações favoráveis à excelência acadêmica e o incentivo à construção da autonomia e à convivência com a diversidade.

Sendo assim, também busca-se analisar nesse estudo, os subsídios teóricos e metodológicos sobre a inserção e permanência de estudantes inclusos no ensino regular e a bidocência desses profissionais que compartilharão a docência numa mesma sala de aula, trabalhando juntos de forma colaborativa.

2. FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES REGENTE E DE APOIO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Nos dias de hoje, o conhecimento é indispensável na formação de todo profissional, pois é um dos principais ativos de um indivíduo que prima pela busca constante de aprimoramento. Nessa perspectiva, Oliveira (2017) também defende essa importância da formação continuada dos professores em seus diversos contextos, no meio social, cultural e educacional formal ou não formal.

A autora citada destaca que apenas uma formação continuada comprometida com o bem de todos pode fazer a diferença no que refere-se à construção do conhecimento crítico, da autonomia dos estudantes e da mediação da consciência desses educandos.

Oliveira (2017) destaca que a formação continuada é essencial aos educadores pois propõe atividades nas escolas que devem ser aplicadas pautadas em um currículo democrático e flexível às necessidades específicas dos estudantes, uma vez que os educandos com necessidades especiais possuem suas limitações específicas de aprendizagem e devem ser respeitados em suas condições.

O educador mediador tem que ser capaz de desenvolver métodos de ensino adequado às necessidades dos alunos, como também, acompanhar as etapas de evolução dos mesmos ao longo do ano, lhes prestando total apoio, reconhecendo as etapas atingidas pelos educandos e mediando o ensino-aprendizagem dos mesmos (Oliveira, 2017, p. 2).

Nesse sentido, compreende-se que a formação continuada no cenário especial e inclusivo busca a capacidade de reflexões dos acontecimentos e da trajetória das pessoas com deficiência. Sob essa mesma perspectiva, Martins e Andrade (2016) explica que há um quadro legal que normatiza a formação continuada para o exercício profissional, mas que ainda assim é necessário se garantir que esse processo seja de qualidade para que os educadores exerçam sua função com



eficiência, beneficiando o desenvolvimento dos estudantes que precisam de um atendimento mais específico, como as pessoas com deficiência.

As autoras ressaltam a importância de o conhecimento não ser direcionado apenas aos professores que atuam com estudantes com deficiência, mas a todos os profissionais que atuam na educação, principalmente pela equipe escolar que mantém contato ou participa, mesmo que de forma mais indireta, o dia a dia dos educados com necessidades educacionais especializadas.

Entretanto, Martins e Andrade (2016) ressaltam que a formação continuada deve acontecer de maneira a enriquecer os conhecimentos teórico-práticos dos professores, além de promover espaço para que possa partilhar de suas vivências, dificuldades, medos e descobertas.

Nesse sentido, importante analisar o conceito de bidocência, que projeta um ensino colaborativo entre os papéis pedagógicos entre o professor regente e o professor de apoio, não havendo distinção do trabalho de um ou de outro, apenas buscando o melhor para os alunos em questão.

A ênfase na Bidocência se sustenta pelo ensino colaborativo, ou seja, pela efetiva parceria entre os professores para que a inclusão seja uma realidade no processo do ensino e da aprendizagem de alunos com ou sem deficiência na sala de aula, espaço das pedagogas autoras da presente pesquisa, uma vez que a formação em pedagogia pressupõe a formação de um professor capaz de atuar na educação auxiliando no processo educativo (Curto, Moraes, Garboza, 2020).

Contribuindo com a discussão, Oliveira (2017) pontua que a formação continuada é um recurso direcionado à educação, visando sua melhoria. Assim, defende que os professores precisam se apropriar dos conhecimentos para que possam fazer a diferença na sociedade inclusiva. Essa formação, ainda segundo a mesma autora, desempenha um papel primordial e uma visão crítica dos educadores acerca do contexto escolar, bem como da inclusão social, buscando estratégias e métodos educativos na reabilitação de estudantes com deficiência.

Por fim, conclui que a formação continuada precisa oferecer saberes necessários para os educadores se comunicar com os mais variados grupos de pessoas, respeitando a diversidade desses grupos, cor, raça, religião, gênero e classe econômica, fará a diferença na conquista pela inclusão social e pela modificabilidade cognitiva de todas as pessoas em sociedade.

2.1 Formação continuada no município de Anastácio-MS

Por meio das coletas de dados realizadas através do setor pedagógico da Secretaria Municipal de Educação do Município de Anastácio/MS, nesse sentido as formações



continuadas ofertadas durante o ano letivo de 2024 efetuaram-se em parceria com os seguintes programas: Programa MS Alfabetiza- Todos pela Alfabetização da Criança, Leitura e Escrita na Educação Infantil (LEEI/CO), Compromisso Nacional da Criança Alfabetizada (CNCA), juntamente com União, Estado e Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

Tendo como principal objetivo fortalecer o processo de ensino e aprendizagem e assim melhorar os indicadores educacionais dos estudantes devidamente matriculados nas redes pública de todo território de Mato Grosso do Sul, bem com a prática pedagógica dos profissionais que atuam diretamente no chão da escola.

Cabe destacar que é primordial ter um olhar aguçado e humanizado para o desenvolvimento educacional dos estudantes assim como, em cada nível e etapa da educação básica, contribuindo de maneira significativa para os avanços e empenho educacional, como também as habilidades de leitura e escrita.

Frente a isso, o cronograma e ações dos programas mencionados e demais formações ocorrem em diferentes etapas do ano, firmado em regime de colaboração entre governo e município, com objetivo de alfabetizar todos os estudantes de acordo com suas idades e níveis de escolarização, conforme previsto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC/17).

Deste modo cabe destacar que a Rede Municipal de Anastácio/MS, promoveu formações continuada para qualificar de forma presencial um percentual bastante significativo de profissionais que atuam diretamente com os estudantes, dentre eles pontuamos: Participaram 30 professores no Programa MS Alfabetiza, 35 professores no programa Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA) e 31 professores da Educação Infantil através do Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil (LEEI/CO).

Fortalecendo de maneira significante desempenho e as práticas pedagógicas dos docentes e estudantes. É essencial destacar que essas parcerias proporcionaram subsídios teóricos e metodológicos. Atendendo um percentual de 2.326 estudantes, em duas etapas da Educação Básica, dentre elas foram incluídos: 1.642 do Ensino Fundamental I e 684 da Educação Infantil com idade de 4-5 anos.

2.1 A importância do professor regente tendo o professor de apoio em sala de ensino regular

As crianças com deficiência estão a cada dia mais sendo inseridas nos espaços escolares e lhes são assegurados pela legislação vigente no país, direitos de acesso e permanência às salas regulares de ensino.



Nesse sentido, Brito et al (2016) apontam que a Lei de Diretrizes e Bases (LDB, 9394/96) assegura que os estudantes com deficiência física, mental e sensorial, podem e devem estudar em classes comuns, conforme destacam os artigos 58 e 59, da referida lei, uma vez que há a necessidade da existência de serviços de apoio especializado e também o preparo dos professores para lidar com as necessidades desses educandos.

De acordo com Brito et al (2016, p. 4)

Embora a realidade esteja ainda muito aquém da legislação existente, após a aprovação da lei, vive-se um momento de crescimento do número de alunos com necessidades especiais ocupando os diferentes espaços escolares, pois agora as escolas regulares são obrigadas a aceitar crianças que antes só podiam estudar em escolas especiais. Essa ação permite que o paradigma da inclusão venha ao longo dos anos se consolidando, buscando instituir nos ambientes educacionais a não exclusão escolar dos deficientes, através de atuações que garantem o acesso e permanência desses alunos no ensino regular.

Diante dessa afirmação, pode-se dizer que o processo de inclusão ainda está longe do ideal, entretanto, pode-se acreditar que, mesmo de forma lenta, esse processo é gradual e visa atingir a todos os estudantes com deficiência, primando pela qualidade do aprendizado independente de suas limitações.

Ainda no que tange ao trabalho em conjunto do professor regente e o professor de apoio, Fontes (2013) apud Christo e Mendes (2019) pondera que enquanto houver uma desarticulação entre essas funções dos professores generalistas e dos professores especialistas, o estudante público-alvo da Educação Especial continuará sendo somente responsabilidade da Educação Especial, isto é, do professor de apoio ou do professor do Atendimento Educacional Especializado.

Dessa maneira, conforme a mesma fonte, é necessário que esses profissionais tenham condições de atuar de forma a garantir a escolarização desse público. Assim, todos os profissionais da instituição de ensino se sentirão responsáveis pelo processo de inclusão dessa clientela.

2.2 Bidocência: A importância desses profissionais no processo de ensino e aprendizagem na educação especial.

Brito et al (2016) no que tange à inclusão de estudantes com deficiência nas salas regulares de ensino, argumenta que há uma diversidade de estratégias que podem ser utilizadas com esse propósito. As autoras apontam a bidocência como uma alternativa importante na educação inclusiva.



Beyer (2005) *apud* Brito et al (2016) também defende esse ensino colaborativo, em que o professor regente pode contar com a parceria de um profissional com conhecimento específico na área da Educação Especial.

A relação que ocorre na bidocência é de construção uma vez que os dois profissionais de perfis diferentes se juntam em prol da aprendizagem dos estudantes. Porém, faz-se necessário que os professores bi docentes conheçam suas atribuições enquanto docentes e principalmente que os conhecimentos pedagógicos de ambos sejam compartilhados entre eles e disponibilizados a todos os alunos em sala de aula. O trabalho do professor titular e do bi docente se complementam, pois tanto um como o outro podem assumir e coordenar o trabalho com a turma ou com a criança que necessita de um acompanhamento maior, ajudando o aluno a criar suas próprias ferramentas para usufruir do espaço escolar de forma independente, tornando sua vida escolar mais potente e autônoma. Por lei, as turmas de inclusão devem ter no máximo vinte alunos, sendo o número de alunos com deficiência limitado a dois (Brito et al, 2016, p. 7).

É importante ressaltar, ainda que é fundamental que o professor regente e o professor de apoio trabalhem de forma unificada, o que inclui a divisão do planejamento das atividades. Assim, o professor regente e o especialista, o profissional bi docente deve ser flexível em seu planejamento e deve expor e absorver opiniões.

Sendo assim, Brito et al (2016) ressaltam ainda que para que a bidocência dê certo, os dois profissionais devem manter uma linguagem homogênea diante da turma. Dessa maneira, o professor bidocente deixa de ser simplesmente um auxiliar do estudante com deficiência e passa a ter espaço no processo ensino-aprendizagem de toda a turma, através do seu planejamento, desenvolvimento e avaliação do processo.

Sob essa mesma perspectiva, Dias (2015) também ressalta a importância da elaboração do planejamento pelo professor regente e professor de apoio, pois precisam refletir sobre suas práticas educativas, observando o desempenho dos educandos, para que encontrem a melhor maneira de eles aprenderem, levando em conta as suas necessidades.

Nesse cenário, é fundamental que o planejamento contemple os dados de identificação, objetivos, conteúdos, metodologias, recursos e avaliação. Deve-se destacar ainda que todo o planejamento é flexível.

Sobre esse trabalho colaborativo citado anteriormente, Capellini (2008) *apud* Vinhal e Tartuci (2017) reafirmam que essa estratégia exige um compromisso dos profissionais envolvidos, apoio mútuo, flexibilidade, partilha de saberes.

Para a mesma fonte, o ensino colaborativo precisa ser desenvolvido por dois docentes: o professor de classe comum e o especialista. Esses profissionais precisam planejar as atividades



didáticas com procedimentos de ensino que propiciem o aprendizado do estudante público-alvo da educação especial na classe comum.

Concluindo, Brito et al (2016) explicam que toda a turma se beneficia da bi docência, uma vez que ambos estão atuando, envolvidos e comprometidos na construção do conhecimento, e à medida que um outro aluno apresente dificuldade, este também é contemplado pelo ensino colaborativo, podendo assim ajudar no descobrimento de distúrbios de aprendizagem dos demais alunos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após a realização da pesquisa teórica, pautada em pesquisadores que contribuem com a temática aqui em destaque, passou-se à uma pesquisa de campo, em que foram investigados professores de apoio acerca do tema aqui proposto.

Nesse sentido, foram distribuídos questionários a dez profissionais de apoio que atuam com pessoas com deficiência no município de Anastácio-MS. Destes, nove mulheres e um homem. Apenas um desses profissionais não possui pós-graduação completa, ou seja, um deles está cursando ainda uma especialização em Neuropsicopedagogia. Com o objetivo de manter em sigilo os nomes dos entrevistados, serão descritos por números de um a dez.

Os entrevistados possuem uma boa experiência atuando na área da Educação Especial, com mais de três anos trabalhando com estudantes com deficiência. Apenas um profissional está em início de carreira e trabalha apenas há um ano com essa clientela.

Foi questionado aos professores de apoio, o que consideram como suas atribuições e responsabilidades na Educação Especial/Inclusiva. As respostas são parecidas. Algumas são mais sucintas enquanto que as outras, mais explicativas e a professora 1, respondeu:

Tudo o que for necessário para atender o estudante que for público alvo da Educação Especial. Desde os cuidados com a higiene do estudante até as adaptações curriculares, que garantam acesso à aprendizagem, sem barreiras e com acessibilidade.

Complementando as respostas, a professora 6 destacou:

Proporcionar a participação da criança assistida no ambiente escolar, visando garantir sua aprendizagem, permanência e participação por meio dos recursos de aprendizagem (adaptação de materiais) que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena.



Outra questão da entrevista, pergunta se: “*O estudante com deficiência precisa de profissional de apoio especializado para desenvolver a aprendizagem e se os cursos de formação oferecidos são suficientes para atender essa demanda?*” Dentre as respostas, 7 professores acreditam que as formações na área da Educação Especial são suficientes para que consigam atender a demanda, enquanto que um dos entrevistados disse que nem sempre e dois responderam de forma negativa.

O Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, no Art 5º, aponta sobre o apoio técnico e financeiro para a formação profissional que contempla as seguintes ações:

- III - formação continuada de professores, inclusive para o desenvolvimento da educação bilíngue para estudantes surdos ou com deficiência auditiva e do ensino do Braille para estudantes cegos ou com baixa visão;
- IV - formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação na perspectiva da educação inclusiva, particularmente na aprendizagem, na participação e na criação de vínculos interpessoais (Brasil, 2011).

E o Decreto nº 8.752 (2016) que dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica determina:

São objetivos da Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica: VI - promover a formação de profissionais comprometidos com os valores de democracia, com a defesa dos direitos humanos, com a ética, com o respeito ao meio ambiente e com relações étnico-raciais baseadas no respeito mútuo, com vistas à construção de ambiente educativo inclusivo e cooperativo (Brasil, 2016).

Diante dessas legislações vigentes, pode-se perceber que há um processo de regularização da formação de professores da educação especial em nosso país e que essas conquistas visam dar mais credibilidade ao professor e oportunizar mais momentos de educação de qualidade para os alunos com deficiência.

Outro ponto abordado no questionário refere se a escola em que os professores atuam oferece condições adequadas de trabalho, como luminosidade, ventilação e materiais pedagógicos. Dos entrevistados, cinco afirmaram que recebem o apoio necessário. Outros professores afirmaram:

A professora 5 respondeu: *Sim. Escola nova, reformada e tenho devolutivas excelentes”.*

A professora 1 relatou: *“Os materiais pedagógicos eu que compro ou confecciono, de acordo com as necessidades dos meus estudantes”.*

A professora 2 também citou a falta de materiais pedagógicos: *“Luminosidade e ventilação, sim. Materiais pedagógicos, não”.*

A professora 8 também negou ter apoio necessário da escola na qual atua: *“Não. O professor de apoio ainda tem que preparar seu próprio material e a estrutura da escola ainda não é adequada para receber alguns tipos de deficiência (a física inclusive)”.*



Quando abordado sobre os recursos/materiais utilizados que a escola oferece, a professora 1 disse: “*Apenas xerox preto e branco*”. Entretanto, foram citados pelos professores: jogos de encaixe, alinhavo, quebra-cabeça de duas peças, massas de modelar, alfabeto móvel, computadores, jogos adaptados, impressoras, blocos, sala de AEE, livro didático com imagens que auxiliam na compreensão de textos, folhas A4, cartolinas, tinta guache, materiais lúdicos visuais e táteis, dentre outros. Apenas a professora 10 respondeu “*nenhum*”.

Os materiais didáticos são tudo aquilo que podemos utilizar como um objeto de estudo para trabalhar com os alunos, ajudando no desenvolvimento da aula como um todo, apresentando propostas e soluções para possíveis temas a serem levantados, e mesmo que os livros sejam parte da base de boa parte do ensino e seja considerado um material didático por excelência, ainda podemos pensar em muitas outras coisas como sendo materiais didáticos, por exemplo, quando pensamos pela perspectiva do nosso material, podemos utilizar filmes, textos, imagens ou a letra de uma música para trabalhar com os alunos (Olsemann, 2021, pp. 6-7)

Foi perguntado se no chão da escola em que os entrevistados atuam há o chamado trabalho em equipe envolvendo direção, coordenação e professores voltados à Educação Especial/Inclusiva no processo de aprendizagem dos estudantes com deficiência. Dos entrevistados, seis responderam afirmativamente.

Quando situações adversas surgem, cabe ao professor trabalhar com aquilo que tem na mão. A seguir, há alguns exemplos de alguns materiais que originalmente não foram criados com o intuito de educacional, mas que podem ser contextualizados para elaborar atividades com seus alunos: filmes; músicas; revistas; jornais; conteúdos disponíveis na internet; vídeos; propagandas; [...] (Olsemann, 2021, p. 7).

Já os professores 4 e 10 responderam negativamente. A professora 8 disse que: “*Ainda que pareça que sim, há muito o que avançar, há uma grande discussão no que se refere à responsabilidade com esses estudantes, ficando muito sob a única responsabilidade do professor de apoio*”.

O professor 9 argumentou: “*Um pouco, porém pode melhorar para que possamos incluir ainda mais esses estudantes e proporcionar um aprendizado ainda melhor*”.

Uma outra questão abordada foi: Como é possível promover uma educação de qualidade para os estudantes com deficiência, que visa valorizar a diversidade e considerar as diferentes potencialidades do estudante.

Para a professora 6,

“Deve-se sempre visar as características e necessidades presentes em cada criança e desenvolver um trabalho que gere nos mesmos o conceito de igualdade



e, para isso, é necessário que em determinados momentos na sala de aula, se converse sobre a deficiência do colega e seja explicado suas dificuldades e necessidades. Para o/a estudante surdo, se faz necessário o ensino diário da LIBRAS em sala, para que todos (alunos e professores) desenvolvam a comunicação e, por fim, a interação entre ambos, caracterizando-se assim, a inclusão”.

Os professores respondentes afirmam que para se fazer uma educação de qualidade na educação especial deve-se focar, além da formação continuada, nas características de cada criança, nas suas necessidades e a partir desse ponto ir desenvolvendo atividades pedagógicas, lúdicas e de aprendizagem em geral voltadas para o desenvolvimento desse aluno.

Alguns fatores têm sido reconhecidos, como sendo fundamentais, para o desenvolvimento da inclusão na educação, nas escolas regulares. Mas para além destes fatores, a UNESCO, destaca que esse desenvolvimento só será possível a menos que os professores sejam agentes de mudança, com valores, conhecimentos e atitudes, que permitam que todos os estudantes tenham sucesso. Acrescenta também que o ensino inclusivo implica que os professores estejam abertos à diversidade, e tenham a consciência de que todos os estudantes aprendem a relacionar na sala de aula a suas experiências de vida. Os professores devem, pois, ser vistos como parceiros basilares para iniciar e desenvolver qualquer reforma educacional (Rocha, 2021, p.4).

As demais respostas seguem uma linha de raciocínio parecida, ou seja, citam o conhecimento que se deve ter dos estudantes com deficiência, as práticas pedagógicas, a interação família e escola, dentre outras estratégias, e falam sobre a importância que o professor deve ter desses aspectos, pois isso pode definir um desenvolvimento mais elaborado no aluno com deficiência.

A formação possibilita um aprofundamento e uma interação na atuação tanto nas salas regulares como nas salas de recursos ou até em centros de atendimento. Portanto, tanto a formação inicial quanto a continuada faz com que o professor esteja mais próximo da realidade encontrada nas salas de aula e com que o seu conhecimento atue diretamente sobre os alunos (Haddad, 2020, p. 78).

Quando questionados se participam das formações continuadas oferecidas pelos gestores em educação da escola, os dez profissionais de apoio afirmaram que se fazem presentes em todos esses momentos.

Foi perguntado aos professores de apoio se esses momentos de formação continuada são suficientes para contribuir com sua prática pedagógica no trabalho com estudantes com deficiência, e, mais uma vez, todos responderam que as formações oferecidas não são suficientes.

De acordo com Mantoan (2015, p.81),



Formar o professor na perspectiva da educação inclusiva implica ressignificar o seu papel, o da escola, o da educação e o das práticas pedagógicas usuais do contexto excludente do nosso ensino, em todos os níveis. [...] a inclusão escolar não cabe em uma concepção tradicional de educação. A formação do professor inclusivo requer o redesenho das propostas de profissionalização existentes e uma formação continuada que também muda.

Finalmente, foi questionado que temas seriam úteis e interessantes abordar nas formações em Educação Especial e os professores de apoio entrevistados propuseram: autismo – TEA, Terapia ABA, TDAH, Síndrome de Down, dentre outros.

A formação continuada de professores de educação especial deve abordar além, dos aspectos teóricos e práticos do dia a dia na escola, questões como legislação, competências socio emocionais, parcerias com famílias e comunidade entre outros assuntos. Segundo Nóvoa,

A formação contínua deve contribuir para a mudança educacional e para a redefinição da profissão docente. Neste sentido, o espaço pertinente da formação continua já não é o professor isolado, mas sim o professor inserido num corpo profissional e numa organização escolar (2002, p. 38).

A formação continuada, portanto, é essencial para professores de educação especial, pois permite a atualização constante sobre práticas pedagógicas inclusivas, metodologias específicas e tecnologias assistivas que melhoram o aprendizado dos alunos com necessidades especiais. Além disso, contribui para o desenvolvimento de competências emocionais e de adaptação, que são fundamentais para enfrentar os desafios diários e promover um ambiente educacional inclusivo e acolhedor.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que a educação especial é uma área que vem crescendo diariamente para atender a demanda de crianças com deficiência que estão ingressando nos espaços escolares cada vez com mais frequência. Nesse sentido, esse estudo procurou abordar a necessidade de que profissionais estejam preparados para atuar com essa clientela mais específica e, portanto, faz-se necessário que o Estado ofereça formação continuada para professores regentes e de apoio, visando melhorar o processo de ensino e aprendizagem desses estudantes.

Dessa forma, a formação continuada no município de Anastácio/MS foi ofertada através dos programas Programa MS Alfabetiza- Todos pela Alfabetização da Criança, Leitura e Escrita na Educação Infantil (LEEI/CO), Compromisso Nacional da Criança Alfabetizada (CNCA), em regime de colaboração entre União, Estado e Universidade Federal do Mato Grosso do sul. Durante o ano de 2024 foram realizadas duas palestras e reuniões pedagógicas



mensais, para os profissionais da Educação Especial.

Assim sendo, Nóvoa(1992), ressalta que a formação continuada não pode ser mais um “problema” para os professores, tem de ser um “apoio” suplementar que eles recebem para realização de seu trabalho.

Diante de tais fatos, em um primeiro momento foi realizada a pesquisa bibliográfica sobre o tema abordado e, em seguida, a pesquisa de campo para que profissionais que atuam nessa área pudessem contribuir com suas experiência, anseios e expectativas.

Ao realizar as entrevistas com alguns professores regentes e professores de apoio que atuam na rede municipal de ensino em Anastácio-MS, foi possível observar que a maioria ainda encontra alguns tipos de dificuldades para atuar, como falta de materiais adequados, bem como espaços estruturados para atender aos estudantes com necessidades educacionais especiais.

Entretanto, ao procurar dar voz a esses profissionais, ficou evidente que procuram oferecer o que tem de melhor para sua clientela, apesar das dificuldades enfrentadas no cotidiano de uma instituição de ensino.

Com o término desse estudo, evidencia-se que ainda há muito o que se fazer para a melhoria da educação especial nas escolas e dentre as alternativas está a formação continuada que deve oferecer subsídios necessários e reais para que os professores tenham condições de contribuir com o aprendizado de seus estudantes de forma significativa.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 11-jul-2024.

BRASIL. **Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016.** Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8752.htm. Acesso em: 12-jul-2024.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Base nacional comum curricular-educação é a base.** Brasília, DF: MEC, 2017.

BRITO, K. dos S. de et al. **Crianças com necessidades educacionais especiais: a bi docência como alternativa na educação inclusiva.** Anais III CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2016. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/20593>>. Acessado em junho de 2024

CARVALHO, R. E. **Removendo barreiras de aprendizagem: educação inclusiva.** Porto Alegre: Mediação, 2000.

CHRISTO, S. V. de; MENDES, G. M. L. Ensino colaborativo/coensino/bidocência para a educação inclusiva: as apostas da produção científica Instrumento: **Rev. Est. e Pesq. em Educação**, Juiz de Fora, v. 21, n. 1, p. 33-44, jan./jun. 2019.



- CURTO, A. V.; MORAES, H. S. de; GARBOZA, L. A. A bidocência como colaboradora na alfabetização no segundo ano do ensino fundamental. **Revista Mais Educação**. Vol. 3, N. 8, 2020.
- DIAS, F. P. D. **O papel da bidocência na inclusão do aluno com deficiência no ensino regular**. 2015. Disponível em https://bdm.unb.br/bitstream/10483/15331/1/2015_FabianaPereiraDias_tcc.pdf. Acessado em junho de 2024.
- HADDAD, M. E. O. **Educação especial e inclusiva na perspectiva histórico-social brasileira voltada à área de psicologia**. Curitiba: Contentus, 2020.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.
- MARTINS, C. de A. F.; ANDRADE, L. B. P. de. **A importância da formação continuada do professor para a inclusão da criança com deficiência na Educação Infantil**. 2016. Disponível em <https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/-anejamentoeanalisedepoliticaspUBLICAS/iisippedes2016/artigo-sippedes-clarissa.pdf>. Acessado em junho de 2024.
- NÓVOA, A. **Os professores e a sua formação**. 2. ed. Lisboa: D. Quixote, 1992.
- NÓVOA, A. **A formação contínua entre a pessoa-professor e a organização-escola**. Lisboa: Educa. 2002.
- OLIVEIRA, R. M. A importância da formação continuada dos educadores no contexto educacional inclusivo e a influência da mediação no ensino-aprendizagem na educação especial. 2017. Disponível em <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/formacao-continua-educadores>. Acessado em junho de 2024
- OLSEMANN, A. **Análise e desenvolvimento de material didático para o ensino de português para estrangeiros**. Curitiba: Contentus, 2021. p 52.
- ROCHA, E. M. N. da S. **O papel do docente de educação especial na escola inclusiva: das atribuições às funções**. Dissertação de Mestrado em Educação Especial, Domínio Cognitivo Motor. IESF- Escola Superior de Educação de Fafe. 91 páginas, Medelo, Portugal, 2021.
- VINHAL, J. M.; TARTUCI, D. "Professor de apoio, bidocência e as possibilidades de ensino colaborativo como apoio à inclusão de estudantes com deficiência", p. 165 -178. In: **Educação e formação de professores: concepções, políticas e práticas**. São Paulo: Blucher, 2017.